

# EDUCAÇÃO E ENSINO EM FOCO: TEORIAS FUNDAMENTAIS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E REFLEXÕES ATUAIS

**ARCO**  
EDITORES ● ● ●

Ivanio Folmer  
Liziany Müller  
Juliane Paprosqui  
Bruno Rogério Silva Cavalcante  
Organização

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Educação e ensino em foco [livro eletrônico] :  
teorias fundamentais, práticas pedagógicas e  
reflexões atuais / organização Ivanio  
Folmer... [et al.]. -- Santa  
Maria, RS : Arco Editores, 2025.  
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Liziany Müller, Juliane  
Paprosqui, Bruno Rogério Silva Cavalcante.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-436-7

1. Educação 2. Educação inclusiva 3. Ensino a  
distância 4. Prática pedagógica 5. Professores -  
Formação I. Folmer, Ivanio. II. Müller, Liziany.  
III. Paprosqui, Juliane. IV. Cavalcante, Bruno  
Rogério Silva.

25-253748

CDD-370

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação 370

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

 **10.48209/978-65-5417-436-7**

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte  
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



## CAPÍTULO 2

# **FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA PROFESSORES ATUANTES NO SISTEMA PRISIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DE UM PRODUTO EDUCACIONAL**

*Cristian Ericksson Colovini*

*Vantoir Roberto Brancher*

**Doi: 10.48209/978-65-5417-436-1**

### **Introdução**

Para a conclusão dos cursos de mestrado profissional, é necessária a elaboração de uma produção técnica, que, na área de ensino, também é denominada de produto educacional (Brasil, 2019), na busca de suprimir/contribuir com as lacunas percebidas ao longo da pesquisa. Esta escrita foi concebida enquanto relatório de pesquisa (IFES, 2018) acerca do desenvolvimento do produto educacional fruto da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na linha de pesquisa em Práticas Pedagógicas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), intitulada “Docência na Educação Profissional: saberes docentes e significações na educação prisional”. O objetivo deste é apresentar o desenvolvimento do curso de formação continuada intitulado “Educação Profissional em Contextos Prisionais”. O curso será oferecido à comunidade, em especial a professores e outros profissionais vinculados às políticas de educação que trabalham ou que pretendem trabalhar com EPT em contextos prisionais.

A formação continuada para professores da Educação Básica no Brasil é regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação, que, por sua Resolução nº 01/2020, estabelece competência à União, Distrito Federal, municípios e estados a oferta de cursos de formação continuada aos professores dessa modalidade de ensino. Nesse contexto, deseja-se que os cursos ofertados levem em consideração as “necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino” (Brasil, 2014).

Logo, a formação proposta levou em consideração as demandas trazidas por docentes que já atuaram com EPT em contextos prisionais. Assim, ao oferecer oportunidades de formação continuada, que transcendem as formações nas áreas específicas de atuação docente, os Institutos Federais fortalecem a perspectiva da EPT, que é uma educação emancipatória e inclusiva, que visa a cidadania e o desenvolvimento local (Brasil, 2010).

## **Desenvolvimento**

Considerando a tipologia definida pela Área de Ensino, os produtos educacionais do ProfEPT devem possuir aplicabilidade imediata (IFES, 2018). Conforme Nóvoa (1999), a formação continuada de professores não deve ser pensada por pessoas externas ao contexto local, e deve considerar situações complexas, como os problemas escolares. Por esse motivo, o produto educacional aqui apresentado foi projetado justamente a partir de narrativas de professores que tiveram vivência profissional no contexto em estudo.

A formação continuada é essencial para a prática docente, dado que objetiva a qualificação do trabalho e visa o complexo desempenho de suas práticas sociais (Brasil, 2020). Isso porque professores são agentes formativos de conhecimento e de culturas e, no contexto prisional, assumem importância ímpar na promoção da cidadania e no processo de ressocialização de seus alunos. Isso considerando que a modalidade da EPT é “uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente” (Brasil, 2010, p. 34).

Nesse sentido, sua inserção junto a alunos em situação de privação de liberdade, mediante professores vinculados aos Institutos Federais, materializa os próprios objetivos da EPT de contribuir para uma educação cidadã, ao promover tanto a oferta de cursos de formação no sistema prisional, quanto curso de formação continuada para docentes que atuam nesse contexto.

Por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o curso foi estruturado na modalidade educação à distância (EAD), na intencionalidade de facilitar o acesso ao conteúdo para mais pessoas. Os cursos à distância dispõem de “conteúdo oferecido ao aluno de forma flexibilizada e podendo o professor utilizar metáforas, dando às ferramentas diferentes perspectivas, permitindo a construção de espaços didáticos únicos” (Magnagnago; Ramos; Oliveira, 2015, p. 508).

Lévy (1999) elucida que os ambientes virtuais de aprendizagem ampliam as possibilidades de ferramentas a serem utilizadas nas aulas, tais como fóruns, vídeos, arquivos, questionários, envios de tarefas, etc. Outra característica desses ambientes é a possibilidade de integração com sistemas de simulação e redes de aprendizagem cooperativa, além do uso de hipermídias que facilitam os processos de comunicação e formação profissional. Nesse viés, para Belloni (2002), o curso é uma ferramenta pedagógica que possibilita a melhora e expansão do ensino, além da criticidade.

O curso em questão foi elaborado na plataforma Moodle, que é uma ferramenta gratuita e “um pacote de software para a produção de cursos e web sites em internet” (Moodle, 2023). Essa modalidade de oferta, além de ser gratuita, possibilita que docentes de diferentes geografias possam interagir e tenham flexibilidade para acessar a plataforma no local e horário que lhes for mais conveniente. O conteúdo foi escolhido a partir de leituras e de achados ao longo da pesquisa de mestrado, e os materiais apresentados se complementam e a complexidade das informações e conceitos aumentam gradativamente.

O acesso ao curso será realizado a partir de um login e senha exclusivos a cada participante. A formação adotou um formato autoinstrucional, onde os participantes podem acessá-la em qualquer local e a qualquer horário para estudar. Esse formato não requer interação entre os participantes, possibilitando, assim, que o curso seja ofertado sem a necessidade de intervenção de seus criadores ou tutores.

Embora tenha adotado o formato autoinstrucional, haverá no curso um espaço de fórum, para que eventuais dúvidas sejam encaminhadas por mensagem aos criadores. Diante disso, será disponibilizado apoio aos participantes, caso seja necessário. A validação preliminar do curso foi feita por um estudioso da temática da educação prisional e, por fim, pela banca de avaliação do produto educacional.

## **Metodologia**

O estudo se constituiu a partir de uma abordagem qualitativa, considerando a ampla produção de significações a partir da interação entre pesquisador e colaboradores, através do instrumento de coleta de dados (Triviños, 1987). Dessa maneira, procurou-se conhecer as práticas educativas e modelos pedagógicos adotados por professores que atuaram na EPT em estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul (RS), com vínculo temporário ou efetivo com algum Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS.

A construção dos dados que embasaram o estudo se deu através da análise de cinco entrevistas semiestruturadas, baseadas em um instrumento de coleta de dados com 22 questões, sendo que, destas, seis abordavam diretamente sobre a elaboração do produto educacional. Os colaboradores foram definidos a partir da utilização do *snowball*, que, segundo Biernacki e Waldorf (1981), é uma das técnicas de amostragem também conhecida por cadeia de informantes ou método bola de neve. Conforme Vinuto (2014, p. 203), trata-se um tipo de amostragem cuja seleção “torna-se útil para estudar determinados grupos

difíceis de serem acessados”. O método propõe que os indivíduos selecionados para participarem do estudo convidem ou indiquem potenciais participantes do seu circuito de conhecidos.

Dadas as limitações impostas pela pandemia da Covid-19, ao longo da construção deste estudo, encontrou-se conseqüentemente maior dificuldade no contato e adesão dos docentes à colaboração para com a pesquisa. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas via plataforma online (Google Meet e WhatsApp). Embora quatro professores não tenham aderido ao convite para participar do estudo, foram consolidadas cinco entrevistas com professores que atuaram com EPT no sistema prisional, sendo dois do sexo masculino e três do sexo feminino.

A amostra contempla professores vinculados aos três Institutos Federais situados no RS, sendo eles o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Com isso, para se preservar a identidade dos colaboradores, foram utilizados nomes fictícios em homenagens a grandes educadoras e educadores que contribuíram de forma exponencial com a educação brasileira: Paulo Freire, Anália Franco, Nísia Floresta, Anísio Teixeira e Antonieta de Barros.

Como forma de compreender os significados das informações e relatos coletados, as entrevistas foram trabalhadas por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2002), a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A elaboração de categorias sequenciou as narrativas, permitindo uma leitura analítica dos dados obtidos. Dessa maneira, a elaboração de categorias organizou as narrativas, possibilitando uma leitura analítica dos dados coletados nas entrevistas.

Depois de finalizada a criação do curso no Moodle, foi convidado um renomado pesquisador da área para colaborar como avaliador preliminar do curso. Esse mesmo pesquisador já havia validado o instrumento de coleta de dados da pesquisa, portanto, já tinha familiaridade com o estudo em andamento.

Cabe ressaltar que o estudo foi realizado respeitando os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos. Logo, todas as atividades de entrevistas, bem como de elaboração do produto educacional, só foram iniciadas após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do IFFar.

## **Construção do Curso**

Ao longo das entrevistas junto aos colaboradores da pesquisa, verificou-se a recorrência de narrativas que corroboram para a construção deste produto educacional. O primeiro aspecto que chama a atenção é o fato de os docentes não terem recebido formação específica na temática da educação prisional para atuarem com EPT no sistema carcerário. Ficou demonstrada a importância dada à realização de uma visita prévia ao estabelecimento prisional e a oportunidade de conversar com profissionais que trabalham naquele contexto. A ausência de experiência prévia ou contato anterior ao sistema prisional foi um elemento recorrente nas declarações dos professores entrevistados. Desse modo, poder visitar e conversar com outros trabalhadores do sistema prisional mostra-se como uma estratégia importante para inserção dos professores naquele contexto.

Outro aspecto marcante observado nas narrativas dos colaboradores foi a falta de conhecimento prévio acerca do perfil dos alunos encontrados no ambiente prisional, abrangendo aspectos relacionados à sua escolaridade, experiências de vida, relações com o mundo do trabalho, competências de leitura e interpretação, bem como aspectos cognitivos relacionados ao processo de aprendizagem. Essa situação demandou a adoção de estratégias pedagógicas que favorecessem a identificação do perfil dos alunos, assim como a implementação de práticas inclusivas que levassem em consideração a heterogeneidade das características das turmas compostas por indivíduos privados de liberdade.

No estado do RS, a provisão de educação formal para pessoas privadas de liberdade é regulamentada pela Resolução nº 343/2018, a qual estabelece diretrizes para a implementação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos

(EJA) dentro do sistema estadual de ensino. Os relatos dos professores inseridos no contexto prisional evidenciam que, por consequência, a EPT também assume características pedagógicas que se assemelham às da EJA (Rio Grande do Sul, 2018).

As contribuições dos professores acerca das práticas pedagógicas empregadas no ambiente prisional foram particularmente enriquecedoras, apresentando relevância significativa para o desenvolvimento do produto educacional. Foi destacada a implementação de estratégias pedagógicas que incluem a utilização de materiais multimídia e recursos audiovisuais. Além disso, foi ressaltada de forma enfática a dimensão relacional, destacando a importância de se cultivar relações interpessoais afetuosas com os alunos, considerando-as um elemento crucial para o êxito no desenvolvimento das atividades educativas.

Nessa mesma perspectiva, se enfatizou a importância de abordar os alunos de maneira igualitária e humana. Além disso, se ressaltou a necessidade de evitar qualquer tipo de restrição ou receio no estabelecimento de contato com os alunos, com o propósito de construir confiança no conteúdo desenvolvido em sala de aula. Outro aspecto que se destacou nas narrativas foi a ênfase em questões éticas, evidenciando um compromisso visível em facilitar reflexões e conhecimentos com vistas ao futuro de seus alunos. Mesmo atuando em um ambiente de privação de liberdade, os entrevistados demonstraram um claro desejo de auxiliar os alunos, através da educação, no processo de retorno ao convívio em sociedade.

Algumas narrativas enfatizaram a importância de frequentemente abandonar preconceitos e barreiras pessoais a fim de garantir um trabalho mais eficaz com grupos vulneráveis, como é o caso da população atendida na educação prisional. Também foi destacada a importância de se evitar uma postura de julgamento que se baseie na curiosidade ou na distinção dos alunos com base no tipo de crime que possam ter cometido.

Nessa perspectiva, considerando as contribuições obtidas por meio das falas dos colaboradores, optou-se por fazer um curso básico e introdutório sobre educação profissional no contexto prisional. Desse modo, as pessoas que ainda não estão familiarizadas com autores/as da temática podem adentrar nos assuntos e, posteriormente, se aprofundarem nas pesquisas, caso desejarem. Os materiais selecionados para o curso são aqueles que possuem acesso público, justamente para facilitar o estudo e a distribuição dos conteúdos a mais pessoas.

## **Apresentação do Curso “Educação Profissional em Contextos Prisionais”**

O login e senha são exclusivos de cada aluno, para acesso ao AVA, a partir de um link da Plataforma Moodle, onde o participante poderá interagir com os conteúdos e atividades propostas. Considerando que o curso é do tipo introdutório, os módulos foram pensados com materiais de fácil compreensão.

Ao entrar na página do curso, logo abaixo do cabeçalho, o aluno visualiza uma breve apresentação da proposta e dos pesquisadores envolvidos no estudo, além da ementa do curso. Ainda, no primeiro bloco, está disponível, de forma permanente, um fórum onde os participantes podem compartilhar dúvidas e sugestões. O fórum, enquanto ferramenta de interação, permite que os participantes tenham discussões assíncronas, servindo como central de ajuda para os estudantes e os tutores poderem compartilhar informações.

O segundo bloco, denominado “Apresentações”, propõe estimular os participantes a falarem um pouco de si, apresentando-se e partilhando suas vivências e desafios como professor. Em suas apresentações, os cursistas são convidados a comentar sobre suas formações iniciais e, se possível, sobre seus trajetos na docência até o momento atual. Entende-se que essa é uma rica oportunidade de trocar com os demais participantes, já que poderão interagir e dialogar com comentários nas postagens uns dos outros, enriquecendo, assim, o espaço de formação docente para a EPT. A ferramenta utilizada para facilitar

as apresentações e trocas entre os participantes foi o fórum, do tipo “fórum padrão”, onde os participantes podem iniciar uma discussão a qualquer momento; possibilitando, desse modo, um espaço social para os estudantes se conhecerem. Imagens podem ser anexadas aos *posts*, as quais são exibidas junto às mensagens do fórum.

Posteriormente, no terceiro bloco, tem-se o primeiro módulo de aprendizagem, denominado “Por entre as grades”, onde são apresentadas informações e reflexões sobre a realidade do sistema carcerário, discorrendo-se sobre o perfil da pessoa privada de liberdade, políticas prisionais e, sobretudo, com enfoque à assistência educacional no sistema carcerário. Para contribuir com as reflexões sobre a temática, o bloco traz um vídeo e dois artigos. O vídeo “Perfil da População Carcerária Brasileira” retrata os principais aspectos sobre o perfil das pessoas privadas de liberdade no Brasil, além de aspectos relacionados à seletividade penal e às políticas públicas voltadas a essa população. A entrevista é uma produção da TV Justiça, um canal de televisão do Judiciário Brasileiro e administrado pelo Supremo Tribunal Federal, criada pela Lei nº 10.461/2002.

Ademais, o artigo “Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade”, da autora Elenice Maria Cammarosano Onofre (2015), tece reflexões sobre o papel da educação escolar para jovens e adultos na prisão, um espaço singular que se propõe a (re)inserir pessoas à vida em sociedade, melhores preparadas para o convívio social e dotadas de conhecimentos, habilidades e valores que, na maioria das vezes, não tiveram assegurados ao longo da vida. Já o artigo “Escola na ou da prisão?”, do autor Elionaldo Fernandes Julião (2016), propõe-se a investir na discussão sobre o papel da educação no sistema penitenciário, mais precisamente sobre a escola localizada no espaço carcerário.

Como atividade avaliativa, optou-se pela ferramenta “Questionário”, a qual permite criar e configurar questionários com questões de vários tipos, incluindo múltipla escolha, verdadeiro ou falso, correspondência, resposta curta,

entre outras. O tipo de questionário adotado foi o múltipla escolha, como forma de otimizar a dinâmica autoinstrucional do curso. A avaliação é composta por 10 perguntas de múltipla escolha, sendo que cada pergunta apresenta cinco alternativas, das quais apenas uma é considerada correta. O questionário de avaliação foi configurado para que o aluno tenha múltiplas tentativas, com questões embaralhadas e selecionadas aleatoriamente do banco de questões criadas. Cada tentativa é corrigida automaticamente pela plataforma Moodle e um feedback de desempenho, indicando o acerto de respostas, é mostrado ao participante. Foi adotada a mesma dinâmica de utilização de uma atividade avaliativa do tipo questionário, ao final de cada um dos módulos de aprendizagem.

Considerando que o modelo do curso é autoinstrucional, a escolha por atividades de avaliação no formato de questionário foi feita devido à sua flexibilidade e à capacidade de permitir a correção automática. Com isso, cada participante tem a flexibilidade de realizar as atividades e avaliações propostas em cada módulo segundo o seu próprio ritmo. Quando concluídas as atividades, pode emitir seu certificado, sem a necessidade de aguardar a correção ou autorização de um tutor. Além disso, para promover uma interação mais dinâmica e possibilitar a troca de experiências entre os participantes, foram disponibilizados fóruns, os quais não são um requisito obrigatório para a obtenção do certificado.

No quarto bloco, tem-se o segundo módulo de aprendizagem, denominado “Educação Prisional no RS”, onde são apresentadas informações sobre a educação prisional, mais especificamente referentes ao estado do RS. Os materiais disponibilizados nesse bloco referem-se a significativos marcos que ocorreram recentemente no estado.

O primeiro material disponibilizado refere-se ao Plano Estadual de Educação às Pessoas Presas e Egressas do Sistema Prisional, firmado em 2021 entre a Secretaria responsável pela pasta do Sistemas Penal, a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), a Secretaria da Educação (Seduc) e o

Conselho Penitenciário (Colovini *et al.*, 2022). Embora o Plano não contemple metas específicas para a educação profissional, estabelece ações prioritárias de fomento e fortalecimento de espaços educativos nas prisões gaúchas, além de formalizar atribuições e competências a cada órgão envolvido.

O segundo material diz respeito à Ordem de Serviço nº 01/2021/DTP, publicada também em 2021 pelo Departamento de Tratamento Penal da SUSEPE, que regulamenta o direito à remição de pena das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais por meio de práticas sociais, educativas e de leitura (Rio Grande do Sul, 2021). Essa normativa nasceu inspirada na Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2021).

Por último, para pensar no perfil do aluno presente no sistema prisional gaúcho, é apresentado ainda o Boletim Técnico nº 03/2023 sobre a “Oferta de Educação de Jovens e Adultos nas prisões do Rio Grande do Sul”. O material foi produzido pelo Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (Gitep) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e publicado em 2023.

A atividade de avaliação desse módulo de aprendizagem consiste em um questionário composto por 10 perguntas de múltipla escolha, sendo que cada pergunta apresenta cinco alternativas, das quais apenas uma é considerada correta. De igual forma, cada tentativa é corrigida automaticamente pela plataforma e o participante é notificado quanto ao seu desempenho na atividade.

O quinto bloco apresenta o terceiro módulo de aprendizagem, denominado “Educação e Dilemas”, que, através dos textos propostos, pretende instigar a problematização acerca dos desafios da EPT, as contradições com as quais se defronta na sociedade, e aspectos sobre a atuação docente na perspectiva da EPT. O bloco traz dois artigos para colaborar com a discussão.

O primeiro material trata-se do artigo “Formação de professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos”,

de Souza e Rodrigues (2017), no qual os autores destacam e contextualizam historicamente algumas medidas tomadas pelo Estado brasileiro, voltadas para a formação de docentes para atuar na educação profissional, principalmente no século XX. Discutem também os desafios para essa formação no contexto atual. Entre suas conclusões, enfatizam que essa formação, no século passado, foi realizada a partir de cursos emergenciais, rápidos e voltados às exigências do mercado. Já o cenário histórico atual apresenta desafios ainda maiores para a formação inicial e continuada desses docentes, em função da expansão da oferta da educação profissional, das especificidades dessa modalidade e das exigências que estas impõem ao professor que, muitas vezes, nela se insere sem uma base pedagógica que oriente as suas práticas (Souza; Rodrigues, 2017).

Já no artigo “Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro”, Saviani (2009) aborda o tema da formação de professores, inicialmente sob o aspecto histórico, desde a aprovação da Lei das Escolas de Primeiras Letras, em 1827, até a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. E, posteriormente, sob o aspecto teórico, considerando os modelos básicos de formação docente e suas implicações para a formação em diferentes níveis (Saviani, 2009).

Novamente, após a leitura dos materiais propostos, os alunos são direcionados a uma atividade avaliativa, em formato de questionário, composta por 10 perguntas de múltipla escolha, sendo que cada pergunta apresenta cinco alternativas, das quais apenas uma é considerada correta.

Posteriormente, ao aprofundar em algumas leituras e reflexões sobre a EPT e sobre o sistema carcerário brasileiro, além de peculiaridades do RS, o sexto bloco, denominado “Para (não) encerrar”, propõe um espaço de compartilhamento entre os participantes, de escritas sobre a docência em contextos prisionais. A escrita é também uma ação que gera reflexão sobre as práticas de ensino e produção da subjetividade docente. Os participantes são estimulados a registrarem suas impressões e relatos, com base nos textos sugeridos ao longo

do curso, mas trazendo principalmente as suas vivências dentro ou fora do sistema prisional. Considerando que alguns participantes possuem pouca ou nenhuma experiência no sistema prisional, as experiências compartilhadas podem ser fonte de grande aprendizagem e reflexão.

A ferramenta de interação selecionada é o fórum, devido à sua capacidade de facilitar discussões assíncronas entre os participantes. Importante ressaltar que a atividade em questão não possui caráter avaliativo para a obtenção de certificado, sendo denominada como “Fórum Colaborativo”. Sua principal finalidade é servir como um espaço para compartilhamento de escritas, funcionando como um mural para que os participantes possam interagir por meio de comentários nas postagens uns dos outros.

O sétimo e último bloco, denominado “Agradecimentos”, traz uma mensagem de encerramento e agradecimento pelas interações dos participantes no espaço coletivo de formação e de construção do conhecimento. Com o propósito de colher feedback contínuo em relação à proposta de formação, os participantes realizarão uma avaliação do curso, antes de concluírem suas atividades no AVA. As avaliações servirão como base para eventuais ajustes no curso, sempre que se identificar a necessidade de aprimoramento.

Aos participantes que alcançarem um desempenho mínimo de 70% nas atividades de avaliação do curso, será concedida a emissão automática de um certificado de participação, na ferramenta específica para essa finalidade, disponibilizada logo após a avaliação do curso. A proposta é que os participantes sejam certificados pelo Instituto Federal Farroupilha (IFFar), atendendo aos requisitos estabelecidos para a oferta de um Curso de Extensão.

Por fim, ao término do curso, é disponibilizado um espaço destinado à indicação de materiais complementares, como artigos, vídeos e legislações relacionados ao conteúdo do curso. Esse espaço foi concebido para permitir que os interessados na temática possam aprofundar seus estudos, fornecendo recursos adicionais de aprendizagem.

## **Considerações Finais**

A avaliação do curso foi realizada pela banca de avaliação da Dissertação e do Produto Educacional resultantes desta pesquisa em 2023. As observações apresentadas pelos avaliadores consideraram o curso apto a ser disponibilizado à comunidade. A elaboração do curso foi avaliada como uma prática bem-sucedida, capaz de traduzir, de maneira eficiente, a resposta a lacunas identificadas ao longo da pesquisa. Esse esforço resultou em uma solução prática para contribuir com o desenvolvimento da educação profissional em contextos prisionais, tal como objetivava a pesquisa. Além disso, possibilita disseminar o conhecimento desenvolvido para além dos limites da comunidade acadêmica, alcançando um público mais amplo ao oportunizar formação continuada especialmente a professores, mas também a outros profissionais que atuam no contexto das políticas prisionais.

Como ferramenta para o constante aprimoramento do curso, todos os participantes serão convidados, ao término das atividades, a realizar uma avaliação abrangente antes de receberem o certificado de conclusão. Com base nas análises das avaliações fornecidas pelos participantes, o curso passará por ajustes sempre que necessário. Para facilitar esse processo contínuo de avaliação, implementou-se uma ferramenta permanente de coleta de feedback configurada em formato de formulário. Essa ferramenta foi desenvolvida utilizando-se o Google Forms, proporcionando uma organização eficiente e uma análise facilitada das respostas dos participantes.

Considerando as falas dos colaboradores, foi percebido pouco ou nenhum contato prévio dos professores com o contexto prisional. Esse aspecto inspirou a criação de um curso de natureza introdutória, no qual os módulos foram elaborados com materiais de fácil compreensão. Essa abordagem teve o propósito de encorajar os participantes a se familiarizarem com a temática da educação

profissional em contextos prisionais e, ao mesmo tempo, instigar aqueles que despertarem maior interesse a aprofundar seus estudos na área.

Inicialmente, o curso foi configurado na plataforma Moodle, porém, planeja-se futuramente transformá-lo em um Curso Online Aberto e Massivo (MOOC) para facilitar a sua divulgação e torná-lo amplamente acessível ao público externo e à comunidade em geral. Essa próxima edição poderá abordar a educação prisional de maneira mais abrangente, com a intenção de alcançar também os professores dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular (NEEJAs), que são vinculados às Coordenadorias Regionais de Educação e à Secretaria Estadual de Educação. Há ainda a possibilidade de estender essa edição do curso a outros profissionais que atuam no contexto prisional, como psicólogos, assistentes sociais, advogados, agentes penitenciários e agentes penitenciários administrativos, bem como a estudantes e outras pessoas interessadas no tema da educação prisional.

## **Referências**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 117-142, abr. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200008>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, Thousand Oaks, v. 10, n. 2, p. 141-163, nov. 1981. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/004912418101000205>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021**. Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. Brasília: CNJ, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.461, de 17 de maio de 2002. Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei no 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Supremo Tribunal Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 maio 2002.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área**: área 46: ensino. Brasília: MEC; Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília: CNE/CP, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília: IFF, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 01 ago. 2023.

COLOVINI, C. E. *et al.* Políticas de tratamento penal no Sistema Prisional do Rio Grande do Sul. *In*: HAUSCHILD, M. L.; OLIVEIRA, C. R.; OLIVEIRA, W. M. **Teoria e prática de políticas penais, socioeducativas e de direitos humanos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Paixão Editores, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Regulamento Geral do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional**. Vitória: IFES, 2018. Disponível em: <https://profep.ifes.edu.br/regulamentoprofep/16413-regulamento2018>. Acesso em: 06 dez. 2022.

JULIÃO, E. F. Escola na ou da prisão?. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162554>. Acesso em: 04 out. 2022.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAGNAGNAGNO, C. C.; RAMOS, M. P.; OLIVEIRA, L. M. P. Estudo sobre o uso do Moodle em Cursos de Especialização a Distância da UNIFESP. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 39, n. 4, p. 507-516, out./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723761>. Acesso em: 12 fev. 2023.

MOODLE. **Sobre o Moodle**. [S. l.], 2023. Disponível em: [www.moodle.org](http://www.moodle.org). Acesso em: 29 set. 2023.

NÓVOA, A. **Profissão professor**. 2. ed. Porto Alegre: Porto, 1999.

ONOFRE, E. M. C. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723761>. Acesso em: 08 out. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 343, de 11 de abril de 2018**. Consolida normas relativas à oferta da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Sistema Estadual de Ensino. Define providências para a garantia do acesso e permanência de adolescentes e jovens com defasagem idade/etapa escolar na oferta diurna. Acrescenta o inciso X no artigo 16 da Resolução CEEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, e os §§ 4º e 5º ao artigo 22 da Resolução CEEEd nº 334/2016. Dá outras providências. Porto Alegre: CEED, 2018. Disponível em: <https://www.ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/17154851-20181010120219resolucao-0343.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Superintendência dos Serviços Penitenciários. **Ordem de Serviço nº 01/2021/DTP**. Regulamenta o direito à remição de pena das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais por meio de práticas sociais, educativas e de leitura. Porto Alegre: SUSEPE, 2021. Disponível em: [http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1638293977\\_Ordem\\_de\\_servico\\_01.2021\\_DTP.pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1638293977_Ordem_de_servico_01.2021_DTP.pdf). Acesso em: 12 fev. 2023.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p.143-155, abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>. Acesso em: 22 fev. 2023.

SOUZA, F. C. S.; RODRIGUES, I. S. Formação de professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 621-638, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v17i2.8644682>. Acesso em: 15 nov. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários. **Boletim Técnico nº 03/2023**. Oferta de Educação de Jovens e Adultos nas prisões do Rio Grande do Sul. Pelotas: UCPEL; GITEP, 2023. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//boletim-tecnico-2023003-educacao-e-sistema-prisional-do-rs-marco-2023.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44. p. 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 15 set. 2023.